



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Hoje (28/03), o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, compareceu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o Ministro se manifestou sobre o Decreto 11.366/2023, que restringiu a comercialização de armas e suspendeu novos registros, e sobre os atos antidemocráticos ocorridos em 08/01/2023.

Com relação à pauta de armas, Flávio Dino afirmou que “há uma lenda urbana” de que a comercialização de armas diminuiu as taxas de violência, mas que a ação das policiais que diminuiu essas taxas, o que demonstra que não há relação “lógica” entre a liberação de armas e a diminuição das taxas de violência.

Além disso, o Ministro afirma que o Governo Lula tem total compromisso com a lei e que, por isso, editaram o Decreto, buscando combater o poder das facções criminosas e acabar com o “liberou geral”.

Sobre o recadastramento, Dino informou que o recadastramento tem como objetivo distinguir “o joio do trigo” e que já existem mais armas recadastradas do que armas cadastradas, o que confirma que o intuito do Governo é a regulamentação e não a imposição de pautas.

Com as falas realizadas pelo Ministro, é possível perceber que o discurso do Ministério da Justiça e Segurança Pública é de que o controle e regulamentação do comércio e uso de armas no país deve passar por um processo mais restrito, de modo a impedir que criminosos tenham acesso facilitado ao armamento.

A sessão foi finalizada com a proposta de haver prorrogação dos debates em razão da quantidade de requerimentos realizados pelos Deputados.

SENADO FEDERAL

Hoje (28/03), o Senador Izalci (PSDB-BSB) apresentou o requerimento 5/2023 à Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, objetivando a votação da Comissão sobre agendamento de audiência pública para debater as alterações no comércio legal de armas promovidas pelo Decreto nº 11.366/2023, que “Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de

uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

O requerimento foi subscrito pelo Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES), que defendeu perante a Comissão a necessidade de inclusão de participantes externos que representem empresas do ramo de armas e que possibilite debate democrático sobre o Decreto do atual Governo.

O Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) defendeu a realização de audiência e indicou a realização de sessão conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que também pautou a realização de audiência pública. O Senador Marcos do Val acatou a indicação e restou acordado que a audiência pública será realizada em conjunto com a CCJ.

No requerimento apresentado perante a Comissão, constam como participantes indicados representantes da ABIAMB.